

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa pretende contribuir com a implementação da Lei 10.639/2003 no currículo de História na Rede Estadual de Ensino do Estado de Pernambuco, tomando como referência a perspectiva decolonial, a ferramenta de análise interseccional e a utilização de biografias transgressoras do século XX.

Neste texto introdutório, usando como suporte a Enciclopédia Negra, livro onde constam mais de 550 verbetes de pessoas negras no Brasil, desde o período colonial até o século XX, apresentamos os elementos teóricos e conceituais da pesquisa, os quais subsidiaram a construção de uma sequência didática que faz uso de verbetes biográficos com a elaboração correspondente de uma série em audiografias. Esse recurso didático, que pode ser construído com alunas e alunos do Ensino Fundamental ou Ensino Médio, tem por objetivo favorecer as aprendizagens sobre a História e Cultura afro-brasileira em Pernambuco pondo em destaque personalidades que até pouco tempo atrás eram figurantes na nossa história, bem como ressaltar a visibilidade de trajetórias inseridas no período pós abolição.

A construção do objeto de investigação

Início essa introdução com uma das várias lembranças que tenho da minha vida escolar. Embora não consiga lembrar exatamente quando decidi ser professora, minha vida escolar ainda é agora, enquanto aluna do mestrado profissional em História, é agora enquanto professora da Educação Básica. Minha vida escolar é minha vida.

Em vários momentos e de várias formas, as pessoas com quem convivi e convivo, me identificaram como nordestina, negra, lésbica, de pequena estatura, filha de doméstica, sem uma figura paterna, criada por uma família de várias mulheres brancas, todas irmãs, num bairro de classe média onde nada me pertencia, onde não me sentia encaixada. Faço esse pequeno relato das minhas identidades porque, sem dúvidas, todas as relações que atravessaram e atravessam o corpo que carrego são fundamentais para entender o mundo que me cerca, para minha prática pedagógica e para essa dissertação. Todas essas marcas que foram e estão em construção em mim são fundamentais para a escolha dos meus objetos de estudo, quais sejam: pessoas periféricas negras de identidade de gênero e religião não hegemônica. Mas, ao mesmo tempo que digo que são objetos de estudo, há uma troca de minha própria experiência pois compartilho de várias dessas identidades.

Falando um pouco da minha trajetória enquanto estudante, quando na primeira década dos anos 2000 cursando Licenciatura em História na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), ao final do curso, já próximo do último período, nos foi ofertada, enquanto optativa a disciplina “História e cultura Afro-brasileira” a qual contempla a então recente “lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 que alterava a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências”.¹

Naquele momento, eu e boa parte das pessoas da minha turma, acompanhávamos todo o debate acerca não apenas dessa lei, mas também dos debates para as futuras leis 11.738/2008, que regulamenta o piso nacional dos profissionais do magistério da Educação Básica e a Lei 12.711/12², que criou o sistema de cotas. Posso dizer que foi um período profícuo. Embora nunca imaginei como se daria tudo isso nas salas de aulas reais, mas estar atenta as discussões e implicações dessas leis nas demandas curriculares formou os pilares para minhas práticas pedagógicas.

Entrei para o magistério público no mesmo ano que fui graduada, 2006, e posso garantir que os três primeiros anos foram os mais difíceis. A falta de experiência realmente pesa bastante e, perceber que as demandas das salas de aulas reais vão muito além do que nos é ensinado na graduação é estarrecedor, não nego que, muitas vezes, pensei em desistir.

O tempo foi passando e fui aprovada em outro concurso, dessa vez, na Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho, uma cidade que faz parte da Região Metropolitana do Recife.

¹

Disponível

em:

[§ 1º O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm#:~:text=L10639&text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%20%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A1ncias. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA/ Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B: “Art. 26-A. Nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira.</p>
</div>
<div data-bbox=)

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)".

"Art. 79-A. (VETADO)".

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”. Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República. Luiz Inácio Lula Da Silva e *Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque* Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 10/01/2003.

² Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em 13 set. 2023.

Naquele momento, já estava um pouco mais acostumada com a rotina e as dinâmicas escolares. Fui a primeira professora da escola (e sigo nela há 13 anos) a começar os debates na sala das professoras sobre a recente lei sancionada pela presidente Dilma Rousseff, Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011³.que institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Eu continuava atenta aos debates sobre as implicações da lei e sabia que era um passo importante para as novas abordagens que viriam nos livros de História principalmente.

A implementação das leis 10.639/2003⁴ e da lei nº 11.645/08 nas escolas tem sido um processo lento pois, vinte anos de uma e quinze anos de outra já se passaram desde que foram assinadas. É óbvio que muito já vem sendo feito, graças às pressões sociais dadas pelos movimentos sociais como por exemplo, o Movimento Negro, porém, é preciso somar mais a essas iniciativas para ampliar o raio de transformação social no que diz respeito às demandas de raça e gênero por meio da educação escolar. E pretendo somar com meu olhar interseccional e minha abordagem do Feminismo Negro na escolha do meu objeto de pesquisa e na feitura da dimensão propositiva do projeto.

Visando contribuir para esse debate trago como sugestão um estudo sobre biografias transgressoras⁵ apresentadas por meio de uma sequência didática culminando com episódios em audiografias no ensino de História de Pernambuco; isso, ancoradas na perspectiva da Pedagogia feminista negra que é uma abordagem educacional a qual se concentra nas experiências, visões e necessidades específicas das mulheres negras. Essa abordagem reconhece as interseções de raça, gênero e outras formas de opressão e marcadores sociais da diferença⁶, buscando promover uma educação queer decolonial, equitativa e libertadora.

Uma das características principais dessa abordagem pedagógica é considerar a interseccionalidade como ferramenta analítica, entendendo que as mulheres negras enfrentam formas múltiplas e interconectadas de discriminação, assim, não podem ser compreendidas isoladamente. Isso inclui questões relacionadas à raça, gênero, classe social, sexualidade e outras dimensões da identidade (PINHO, 2022).

³ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12519.htm. Acesso em 13 set. 2023.

⁴ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em 11 out. 2023.

⁵ Para esse conceito, me inspiro em Saidiya Hartman na sua obra *Vidas rebeldes, belos experimentos: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encravadas e queers radicais*. São Paulo: Fósforo, 2022.

⁶ Utilizo o termo “marcadores sociais da diferença” para relacionar as discussões sobre como alguns traços ou características como gênero, raça, orientação sexual, classe social, religiosidade, entre outros, são utilizados para diferenciar grupos na sociedade. Marcadamente, grupos ou indivíduos que são atravessados por algum marcador social, tendem a se localizar em situação de desigualdade diante de grupos ou indivíduos que não são socialmente marcados.

Nesse trabalho o termo “audiografias” foi escolhido (CORREA e ALMEIDA, 2021) pois a prática de produção audiográfica, realizada de maneira colaborativa e horizontal, oferece uma oportunidade para enriquecer a compreensão histórica tanto daquelas e daqueles que a produzem quanto de quem a ouvem. Nesse processo, participantes se tornam protagonistas ativos na construção do conhecimento e na criação de bens simbólicos. O desafio central da criação audiográfica reside na interação entre diferentes saberes e na ampliação do público envolvido na produção histórica. Ampliação não exatamente numérica, mas, principalmente, espacial, pois as audiografias compartilhadas para os aparelhos celulares de alunos e alunas poderão ser reproduzidas em diversos espaços e momentos. Alunos e alunas deixam, portanto, de serem passivos diante do texto de História e estão se apropriando da História.

As audiografias, entendidas como arquivos sonoros gravados, editados e compartilhados em aparelhos eletrônicos com base na linguagem do rádio e do *podcast* as quais exploram as narrativas orais como um meio de integrar conhecimentos historiográficos, comunitários e escolares. Elas representam uma prática de história pública mediada pela comunicação oral indo além da estrutura convencional de programas de rádio para se tornarem produtos de processos dialógicos que utilizam a linguagem radiofônica de maneira inovadora.

Essas audiografias visam ampliar as possibilidades de elaboração e circulação do conhecimento histórico; ao mesmo tempo em que capacitam estudantes a desempenharem um papel ativo como agentes na criação e divulgação desse conhecimento. Sua dimensão pública se manifesta na capacidade de experimentação para o ensino de História, utilizando a linguagem do *podcast* e do rádio como suporte para a realização e difusão artesanal de pesquisas que abordam aspectos da memória social.

Pensando nas dificuldades técnicas para a efetivação do projeto, levando em conta minha realidade escolar, nossa sugestão é a utilização da maior quantidade de plataformas suportes gratuitos possíveis. Desta feita, é importante a professora ou o professor ter um computador próprio e um celular com acesso à internet. Os celulares dos alunos e alunas serão fortemente utilizados para a divulgação por meio do *WhatsApp* que é um aplicativo de mensagens gratuito o qual permite enviar mensagens de texto e áudio, além de outros formatos e compartilhar com outros aparelhos celulares com o suporte da internet. A depender das possibilidades técnicas de onde o projeto for aplicado, outra plataforma de divulgação possível é o *Youtube* que, embora seja considerada uma plataforma de vídeos, é possível também compartilhar de forma gratuita apenas o áudio. Como necessita, para o compartilhamento nessa plataforma, da criação de um perfil/canal, é mais um fator de engajamento possível, motivar as turmas a criar esse perfil/canal. Ressalto que parto sempre da minha realidade escolar bem limitada no que diz respeito

às tecnologias digitais, sendo o *WhatsApp* o principal aplicativo de troca de mensagens utilizado em toda a comunidade escolar para comunicação entre a equipe gestora, professoras e professores, funcionárias, funcionários e pessoas responsáveis pelas e pelos discentes; além do *Youtube*, a mais conhecida plataforma de som e vídeos.

É importante ressaltar que iniciei meu projeto com a perspectiva de concentrar a dimensão propositiva na elaboração de séries em *podcast*, exatamente pelas dificuldades que se mostraram na minha realidade; foi necessário repensar o elemento pedagógico principal. Naquele momento, a solução foi trocar o foco da sequência didática que seria uma série para audiografias mais simples as quais farão parte de outras etapas didáticas. Entre as dificuldades surgidas, as principais foram: boa parte das alunas e alunos dividiam a utilização do aparelho de celular com outras pessoas na residência onde moram; muitos dos aparelhos não possuíam condições tecnológicas de utilizarem mais aplicativos como os de edição de áudio por exemplo, além dos que já tinham, o que poderia trazer uma pequena dificuldade para a produção de uma série mais elaborada; o acesso à internet, muitas vezes, só era possível nas suas residências.

Essas dificuldades não me impressionaram, a pandemia mundial da Covid-19 no seu auge nos anos 2020 e 2021 já haviam me mostrado a exclusão tecnológica que minhas turmas da Educação Básica vivenciaram. Nesse período, as aulas foram dadas de forma remota e o índice de abstenção foi na casa dos 90% nas duas escolas em que trabalho (uma na rede Estadual de Ensino de Pernambuco e outra no Município do Cabo de Santo Agostinho, também em Pernambuco, ambas em área urbana da Região Metropolitana de Recife). Na época, ainda não estava idealizando fazer um mestrado, mas acredito que muitas pesquisadoras e pesquisadores tem interesse nesse período para analisar os dados reais da exclusão digital que a pandemia escancarou.

Na sala de aula são a metodologia de aprendizagem e a experiência pedagógica que importam. As audiografias servem para que estudantes se sintam participantes de um processo de aprendizagem amplo de conversa, que se completa com os sons, com as músicas e com todos os áudios produzidos a partir dos roteiros elaborados com base nas biografias/verbetes biográficos temporalmente e espacialmente recortadas da Encyclopédia Negra.

Para tratar do conceito de biografias transgressoras me inspirei em Saidiya Hartman⁷ e em bell hooks⁸ como a apresentação das experiências de pessoas despossuídas,

⁷ HARTMAN, Saidiya. *Vidas rebeldes, belos experimentos: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres enrenqueiras e queers radicais*. São Paulo: Fósforo, 2022. Hartman, Saidiya. 2020. “Vênus Em Dois Atos”. *Revista Eco-Pós* 23 (3):12-33. Disponível em: <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v23i3.27640>.

hooks, bell. *Ensinando para transgredir: a educação como prática da liberdade*. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

⁸ bell hooks, em letras minúsculas, é o pseudônimo escolhido por Gloria Jean Watkins em homenagem à sua avó. O nome escolhido, grafado em minúscula, é um posicionamento político da recusa egóica intelectual. hooks queria

subalternizadas, invisibilizadas, em seu contexto histórico. Pessoas que, tiveram suas histórias recuperadas em arquivos policiais ou jornais em arquivos públicos onde, muitas vezes, suas histórias eram desqualificadas. Em vida, eram tidas como pessoas a margem, corpos que deveriam ser longe dos olhos ditos “civilizados”. Hartman (2020, 2022) em seu artigo “Vênus em dois Atos”⁹ no contexto da escravização Atlântica e no livro “Vidas rebeldes, belos experimentos” no qual resgata as histórias, ou fragmentos de fontes, de jovens que viveram na virada do século XX, embora contextos diferentes, são personagens que para terem suas vivências historiografadas precisam enfrentar, por parte da historiadora e do historiador, os limites dos arquivos. Entendemos que, apesar da presença das pessoas subalternizadas está na onipresença da história, suas histórias são frequentemente contadas em terceira pessoa, são contadas por testemunhas com registros falhos, exagerados ou incompletos. São discursos e práticas que ou desumanizaram as pessoas escravizadas ou do pós-abolição e as levam às margens da sociedade não como humanas, mas como pessoas violentas, agressivas e incapazes de contarem suas próprias histórias. Como bem nos aponta Farge (2022):

Mendigos, desocupados, dolentes, ladrões ou sedutores agressivos emergem um dia na multidão compacta, fisgados pelo poder que os perseguiu em meio à sua agitação habitual, ou porque estavam ondernão deviam ou porque eles próprios decidiram transgredir e chamar a atenção, ou através ser nomeados, enfim, diante do poder. Mendigos, desocupados, dolentes, ladrões ou sedutores agressivos emergem um dia na multidão compacta, fisgados pelo poder que os perseguiu em meio à sua agitação habitual, ou porque estavam onde não deviam ou porque eles próprios decidiram transgredir e chamar a atenção, ou através ser nomeados, enfim, diante do poder (FARGE, 2022, p. 31-32).

Os fragmentos de vida dessas pessoas são breves e impressionantes aos olhos mais atentos. Mesmo que suas histórias sejam curtas, algumas vezes apenas uma alcunha é citada, a violência que sofreram as colocou em evidência muitas vezes pelos autos policiais ou processos judiciais, e as tornou visíveis para nós. Elas acabam preenchendo registros e documentos com sua presença. Em processos judiciais e sentenças, estas tendem a ser sucintas: “suspeito de sedição”, “enviado à prisão”, “malandragem”. Essas sentenças não revelam a complexidade das situações, mas sim cenas familiares da vida onde a ordem e a desordem muitas vezes se misturam antes de se confrontarem. Para Farge (2022) como também para Hartman (2020,

que prestássemos atenção em suas obras, em suas palavras e não em sua pessoa. Sua vasta obra articulava as relações entre o imperialismo econômico, a supremacia branca e o patriarcado, tornando-se referência fundamental para toda formação intelectual voltada à compreensão dos entrelaços entre as dinâmicas de raça, classe e gênero nas práticas culturais, acadêmicas, subjetivas e cotidianas. Disponível em: <https://direitorio.fgv.br/noticia/o-vazio-deixado-pelas-referencias-que-se-vao-ou-perdemos-bell-hooks>. Acesso em 13 out. 2023.

⁹Disponível em: Hartman, Saidiya. 2020. “Vênus Em Dois Atos”. *Revista Eco-Pós* 23 n., p. 12-33. <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v23i3.27640>. Acesso em 22 mai. 2024.

2022), os arquivos não fazem um quadro completo da vida das pessoas marginalizadas, ou como prefiro chamar, “transgressoras”, ao contrário, capturam apenas breves momentos em que foram notadas pelo sistema de poder que os oprimia.

A narrativa proposta por Hartman, é vista como uma tentativa de reparar as violências e opressões do passado e de oferecer uma resposta à desonra da invisibilidade através da beleza e do amor. No entanto, ela reconhece, como já comentamos, os limites dessa empreitada e questiona o que as histórias podem realmente alcançar em termos de proporcionar um sentido de dignidade para os que foram brutalmente subjugados e, por conseguinte, invisibilizados. Em hooks (2017) temos como proposta educar indo além dos limites impostos pela cultura dominante, questionando e desafiando as hierarquias de poder, as normas sociais, os preconceitos e as expectativas tradicionais.

Criando um espaço de aprendizado onde alunas e alunos possam questionar as narrativas dominantes da repetição da exclusão e possam criar alternativas outras para o aprendizado de história. Mesmo sabendo a impossibilidade de mudar o passado, trazer para a sala de aula pessoas que transgridam as possibilidades dos arquivos e educar para capacitar estudantes a se tornarem agentes de mudança, capazes de desafiar e transformar as estruturas opressivas da nossa sociedade em direção a uma maior equidade e respeito mútuo na escola.

A retomada atual da utilização de biografias ou trajetórias de vidas, destacadamente de pessoas negras e LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, *Queer/Questionando*, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-binários e outras identidades sexuais e de gênero representadas pelo símbolo “+”) vem sendo feito nos últimos anos nas graduações e pós-graduações em todo o país. Localizo essa sigla nas produções teóricas *queer* e decolonial Pelúcio (2014); Potrich (2023), ainda que no contexto especificamente brasileiro, as categorias de gênero, sexualidade e raça se interconectem de forma singular, configurando experiências distintas das propostas por autoras estadunidenses que utilizo amplamente no meu trabalho. Penso em elaborar aulas a partir das questões próprias da minha realidade subalternizada, pois aqui, a subalterna não apenas pode falar como elaborar proposições.

Os estudos *queer* e decoloniais investem na desconstrução das hierarquias de poder e reivindicam a capacidade de agência e enunciação das pessoas marginalizadas. Essas pessoas confrontam as narrativas hegemônicas e sugerem novos horizontes de ação política e construção de conhecimento. Entre as estratégias políticas está a transformação de identificações negativas e pejorativas em lugares de produção de identidades resistentes à normatização e a formulação de saberes. A teoria *queer* e os estudos decoloniais afirmam a existência de múltiplas diferenças,

uma diversidade de potências de vivências na sociedade e, consequentemente, no ambiente escolar. Ambas se desvinculam da lógica única imposta pela branquitude e lutam pelo direito à diferença não apenas quanto cultura, mas principalmente quanto formulação de saberes.

A noção de vida subalternizada, que aqui preferimos chamar de transgressora, que primeiramente transgride as normas de seu tempo, transgride os arquivos e nessa etapa transgride a invisibilidade e se torna propulsor de conhecimento na sala de aula; refere-se às experiências de vida marcadas por um processo de socialização marginalizado, devido ao desprezo social por estarem fora das normas impostas e da reprodução de padrões esperados. Essas teorias são espaços de luta política, enfrentando as naturalizações das opressões, evidenciando a heterossexualidade compulsória, desconstruindo binarismos e apontando as localidades periféricas que são colocadas as religiões de matriz africana, tratando os seres humanos fora do padrão como seres abjetos.

Trazer essas personalidades para a sala de aula é reconhecer que não apenas informam culturas, mas também elaboram conhecimento e teorias a partir de seus locais.

Quando fiz minha primeira busca no banco de dissertações da CAPES, espaço digital de dissertações do Mestrado Profissional em História, por exemplo, procurando, ainda despretensiosamente, pela palavra-chave “biografias” encontra-se 14 textos, entre os quais Carolina Maria de Jesus e Baquaqua são temas, de duas dissertações distintas¹⁰. Pescando frugalmente pela sigla “LGBT” encontramos apenas duas dissertações¹¹. Admito que fiquei impressionada com esse resultado, o que me fez acreditar na necessidade de dar visibilidade a esses sujeitos históricos, que em suas biografias possamos problematizar os desafios perpetrados, experiências vividas e potencialidades periféricas, com isso, afirmo que a História não foi nem é apenas feita, nem deve ser apenas escrita com base nas “glórias” dos grandes homens (no sentido heteronormativo, eurocêntrico, falocêntrico, cristocêntrico, lgbtfóbico e branco) para os quais biografias diversas podem ser encontradas facilmente em livros didáticos de História; nas livrarias e por boa parte do que foi “fazer história”.

O termo “falocentrismo” utilizado é para descrever contextos nos quais o poder, as estruturas sociais e as normas são predominantemente orientadas em torno da masculinidade, frequentemente simbolizada pelo falo. Essa perspectiva se manifesta em diversas áreas; incluindo política, cultura, e relações de gênero onde a masculinidade é considerada como

¹⁰ Busca realizada no repositório digital do Mestrado profissional em Ensino de História. Disponível em: <https://www.profhistoria.com.br/articles?terms=biografia>. Acesso em 13 out. 2023.

¹¹ Busca realizada no repositório digital do Mestrado profissional em Ensino de História. Disponível em: <https://www.profhistoria.com.br/articles?terms=lgbt&sort=title:ASC>. Acesso em 13 out. 2023.

norma ou superior. Podemos exemplificar esses conceitos com apenas um exemplo, que foi muito noticiado recentemente. A pesquisadora Maria Caramez Carlotto¹² teve sua bolsa de doutorado negada pelo CNPq. A justificativa do órgão seria “suas gestações”, ou seja, houve a exclusão de uma mulher do rol das bolsistas por ela ser mãe e mulher. A experiência da maternidade, algo comum na espécie humana, mas sendo rechaçada no espaço acadêmico.

Conceituo uma sociedade heteronormativa como aquela em que as normas sociais, culturais e institucionais pressupõem e favorecem a heterossexualidade como a orientação sexual padrão e “normal”. Nesse contexto, a heteronormatividade estabelece a ideia de que a atração romântica e/ou sexual entre pessoas do sexo oposto é a única forma aceitável de expressão sexual. Isso resulta em várias formas de discriminação e marginalização contra pessoas que não se encaixam nesse padrão imposto, incluindo indivíduos LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, *Queer*, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-binários e mais outras identidades não heterossexuais, que no contexto atual é representado pelo símbolo “+”). A heteronormatividade influencia leis, políticas, práticas sociais, políticas educacionais, expectativas culturais criando um ambiente em que as identidades e relações não normativas são, muitas vezes, desconsideradas e estigmatizadas. No ambiente escolar especificamente, reflete e reproduz as violências da sociedade como por exemplo a rejeição, a violência física, a violência psicológica e a violência simbólica, pois nos currículos escolares pode haver o apagamento desses e de outros corpos e expressões ditas como fora das normas.

Utilizo do adjetivo “branco” me referindo ao conceito trabalhado por Bento (2022) em seu livro “O pacto da branquitude” para ela, branquitude é um conceito utilizado por diversas acadêmicas, principalmente em estudos sobre raça e relações raciais para descrever um conjunto de acordos e privilégios que beneficiam pessoas lidas como brancas em sociedades racialmente estratificadas. Esses acordos, implícitos ou explícitos, são estabelecidos para manter e perpetuar a supremacia branca, garantindo que os benefícios sociais, econômicos e políticos sejam predominantemente direcionados aos indivíduos brancos em detrimento das pessoas de outras raças. De acordo com ela, o pacto da branquitude possui um componente narcísico de autopreservação, onde o “diferente” é percebido como uma ameaça ao “normal” e ao “universal”. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele.

¹² Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/12/27/cnpq-usa-maternidade-como-justificativa-para-negar-bolsa-a-pesquisadora.htm>. Acesso em 05 jan. 2024.

O conceito de branquitude, de acordo com Bento (2022), opera de várias maneiras, incluindo a proteção e a promoção dos interesses de pessoas brancas em instituições sociais, políticas e econômicas, a perpetuação de estereótipos e narrativas que afirmam a superioridade branca e a minimização ou negação das experiências de racismo e discriminação enfrentadas por pessoas não brancas. Essas dinâmicas podem ocorrer de forma consciente ou inconsciente e são sustentadas por sistemas e estruturas que favorecem essas pessoas lidas como brancas em detrimento das minorias raciais. Podemos exemplificar com os currículos escolares utilizados nas nossas redes de ensino, ainda construídos na ótica do europeu, do eurocentrismo. Em nossos livros didáticos e em currículos como os que utilizo em minhas aulas, tanto na Rede Estadual de Pernambuco, como na rede municipal da cidade do Cabo de Santo Agostinho o percentual de conteúdos pautados nas dinâmicas europeias ainda é muito maior que temáticas raciais e indígenas que estão muito mais ligadas na nossa formação enquanto o que conhecemos como Brasil.

A branquitude, em sua essência, refere-se a um conjunto de práticas culturais não nomeadas e não marcadas, caracterizadas pelo silêncio e ocultação em torno dessas práticas. É um ponto de vista, um lugar a partir do qual as pessoas brancas olham a si mesmas como se fossem o modelo para todas as sociedades.

A compreensão do pacto da branquitude é fundamental para analisar e desafiar as desigualdades raciais e promover a justiça social e racial. Reconhecer os privilégios associados à branquitude e trabalhar para desmantelar as estruturas que os sustentam é essencial para construir sociedades mais justas e equitativas.

O reconhecimento e a crítica da heteronormatividade são fundamentais para promover a equidade e a aceitação da diversidade sexual e de gênero não apenas no ambiente escolar, mas em toda sociedade. Utilizo o termo “cristocêntrica” para conceituar uma sociedade centrada no Cristianismo. Esse termo destaca a centralidade do Cristianismo na cultura, nas instituições e nas normas sociais dessa sociedade. A influência da religião cristã pode se manifestar em várias áreas, incluindo moralidade, ética, legislação e práticas culturais que refletem nos currículos escolares e no calendário de atividades escolares quando festividades cristãs são efetivamente vivenciadas nas escolas em detrimento de quaisquer outras crenças.

Quando estava fazendo o levantamento bibliográfico nos bancos de dissertações, uma das dissertações encontradas, me chamou atenção. Ressalto, porém, que meu trabalho não tem como objetivo discutir ou fazer uma crítica epistêmica ao livro didático, a sua produção e aos seus objetivos, porém, a leitura da dissertação em si, me ajudou bastante nos debates que pretendo fazer a respeito das relações de gênero no espaço escolar. No trabalho intitulado

“Diversidade Sexual nos Livros Didáticos de História no Plano Nacional do Livro Didático - PNLD (2000-2010)” Marcia Barbosa Silva defende no seu mestrado em Educação que, nos últimos anos, especialmente a partir do final da década de 1970, a produção historiográfica brasileira passou por profundas reformulações conceituais e epistemológicas. Isso se deve, em grande parte já sabemos, às novas tendências inspiradas na *Nouvelle Histoire* e na História Social Inglesa as quais elegeram como objeto de estudo temas relacionados ao cotidiano, à vida privada, às mentalidades coletivas, ao imaginário e às representações sociais de segmentos até então marginalizados pela denominada “História oficial”.

Essa renovação teórico-metodológica também se manifestou na Educação ao introduzir novos temas e objetos de pesquisa; como o currículo escolar, o livro didático e as práticas de leitura, assim como questões relacionadas ao gênero, à infância e aos grupos étnicos, entre outros. Também, segundo ela, diante dessas novas perspectivas de investigação na história e considerando que a diversidade sexual vem se tornando um tema frequente nas diversas mídias digitais, novelas e programas de televisão, surgem algumas indagações relevantes: a escola, enquanto bases formadoras da educação, está desempenhando adequadamente seu papel na construção de uma educação mais justa e democrática? Os discursos sobre a diversidade sexual estão sendo promovidos de maneira eficaz? Como os livros didáticos de História representam a diversidade sexual?

Sua pesquisa analisou os discursos sobre sexualidade e diversidade sexual presentes nos livros didáticos. Embora defendida na área de educação (não sendo, pois, na área de Ensino de História) focou em coleções de História destinadas aos anos finais do Ensino Fundamental, avaliadas e distribuídas pelo Plano Nacional do Livro Didático¹³ nos anos de 2000-2010. A relevância dessa dissertação, para nosso trabalho especialmente, se destaca por abranger um período de dez anos e por buscar compreender como os discursos sobre sexualidade estão sendo abordados nos livros didáticos de História enquanto objeto e enquanto discurso. Em conclusão, a autora afirma:

Consideradas apenas as narrativas dos textos principais concluímos que houve um crescimento tímido em termos de visibilidade das experiências dos homossexuais. O aumento da presença desse grupo limitou-se a inserção das palavras “homossexual”, “homoafobia”, “orientação sexual” e “grupo gay”, com o agravante de essas palavras estarem desacompanhadas de suas respectivas definições (SILVA, p. 92).

Outra importante conclusão que a autora chegou foi:

¹³ O Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) foi instituído pelo Decreto Lei nº91.542 de 19 de agosto de 1985, nesse momento histórico, estava à frente no poder executivo o presidente Tancredo Neves que havia sido eleito por eleições indiretas em 15 de janeiro do mesmo ano e sucedeu o militar João Figueiredo. O programa, tem entre suas funções a distribuição de livros didáticos, pré-selecionados para as redes públicas de ensino no país.

(...) ainda que mediante uma análise mais detalhada, tenhamos concluído que os autores dos livros didáticos promovem uma assimilação do discurso da “tolerância” e do “respeito” (...) a ideia do ser tolerante transfere uma falsa imagem de aceitação do outro, imprimindo na sociedade um sentimento de superioridade. Quem tolera mostra certa superioridade perante o outro, que precisa ser tolerado, e é assim que se constitui uma sociedade o status de hierarquia do dominante tolerante e do dominado tolerado (SILVA, p. 92).

Diante dessa lacuna, é imperativo direcionar a atenção para a maneira como tratamos em nossas aulas de História essas temáticas; dessa forma, o livro didático que representa um referencial significativo para o planejamento, organização e condução das aulas se mostra um instrumento ainda que ainda precisa de críticas mais elaboradas para que seja mais adequado as nossas realidades brasileiras e regionais, o que foge ao objetivo da nossa pesquisa. É importante que o ensino de História adote o presente como ponto de partida e a realidade social como objeto. Deve-se apresentar uma narrativa histórica plural na qual alunas e alunos possam se identificar e se reconhecer como sujeitos históricos, tornando o ensino de História mais significativo e mais plural para docentes e discentes.

É essencial conferir visibilidade e representatividade aos sujeitos LGBTQIAPN+, as pessoas negras, as religiões de matriz africana nas nossas aulas ao reescrever narrativas e desmantelando a concepção desses indivíduos como ausentes, invisíveis, sem história, sem agência histórica, relegados às margens da cisgender normatividade cristã socialmente estabelecida e imposta. Tal iniciativa desempenha um papel fundamental no combate à homofobia, à transfobia, ao racismo religioso, ao racismo recreativo e as demais formas de violências, que podem levar a violências sistemáticas que configuram o *bullying*, nas aulas de História e no próprio ambiente escolar, pois é um tipo de violências se configura como um problema marcante espaço. Para ficarmos em apenas um exemplo, de acordo com o IPEA, no Mapa da Violência/2023, para as turmas de nonos anos na cidade do Recife, 43,9% das crianças relataram sofrer *bullying* nos últimos 30 dias.¹⁴ Mais uma vez a Pedagogia feminista negra nos ajuda a questionar as estruturas de poder presentes no sistema educacional, nos currículos oficiais e nos livros didáticos destacando como as narrativas dominantes, muitas vezes, excluem ou marginalizam as vozes e experiências outras, dissidentes não permitindo que sejam vistas como experiências possíveis.

Inspirada em bell hooks, comprehendo que a educação crítica deve ser fortalecida na vida cotidiana das alunas e dos alunos, relacionando-se com suas experiências, aos quais possam

¹⁴ Fonte: Atlas da violência 2023 / coordenadores: Daniel Cerqueira; Samira Bueno – Brasília: Ipea; FBSP, 2023. n. 115, p.37. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/12/atlas-da-violencia-2023.pdf>. Acesso em 27 abr. 2024.

perceber com as trajetórias biográficas não apenas a opressão que, enquanto indivíduos e comunidade ainda sofrem, mas, que possam se sensibilizar para perceber as barreiras das desigualdades sociais que a população periférica muitas vezes está sujeita ao longo da história, mas, como nos mostra a história social, há a possibilidade de agências dos indivíduos em todos os espaços.

Assim, a utilização de biografias transgressor as possa desafiar a noção tradicional de ensino de História como um processo passivo para um processo ativo, crítico e emancipatório. Além disso, possa desafiar estereótipos históricos que afetam pessoas lidas com marcadores sociais da diferença, destacando suas realizações, resistências, contradições e contribuições em várias esferas da sociedade contextualizando eventos históricos dentro de suas nuances culturais, reconhecendo a diversidade de experiências dentro da diáspora africana e evitando generalizações simplistas ou dicotômicas.

Trazer para a sala de aula, na forma de protagonistas, biografias transgressor as como as de Mãe Biu, Badia, as irmãs do Pátio do terço (Emília e Vivina Rodrigues) e Madame Satã. A divulgação dessas histórias na comunidade escolar e, assim, ver reconhecidas como figuras que fizeram parte da história de Pernambuco, não mais como sujeitas e sujeitos incapazes de agirem historicamente, mas como agentes de resistências às estruturas subalternizantes da nossa sociedade. Isso significa que, ao adotar a perspectiva biográfica, propõe-se a integração entre a sociedade e o indivíduo implicando resgatar seu papel como sujeito ativo na construção da história, das resistências e da experiência, desafiando a narrativa histórica tradicional na educação e rompendo com o entendimento das estruturas.

Desta feita, as ações humanas deixam de ser meros subprodutos das forças produtivas, econômicas e culturais. Ao contrário, reconhece-se a possibilidade de interpretar a dimensão dos conhecimentos, crenças e atitudes expressas em representações e práticas culturais, tanto individual quanto coletivamente. Nesse sentido, Loriga (1998, p. 249) nos chama a atenção ao considerar não apenas as resistências e limitações normativas, assim como as incoerências entre diferentes normas e, como os indivíduos, independentemente de sua participação na construção histórica, moldam e modificam as relações de poder.

Ainda segundo ela, a missão do indivíduo não é desvendar a essência da humanidade; ao contrário, sua função é permanecer singular e fragmentado. É somente através de movimentos individuais distintos que as aparentes homogeneidades como instituições, comunidades ou grupos sociais podem ser desfeitas; revelando os conflitos subjacentes à formação e construção das práticas culturais. A questão não é apenas às inéncias e ineficárias normativas, mas também às inconsistências entre diversas normas, e à maneira pela qual os

indivíduos, independentemente de estarem envolvidos na construção histórica ou não, influenciam e alteram as dinâmicas das relações de poder.

O trabalho com biografias significa reconhecer a importância da subjetividade e da diversidade de experiências na construção da sociedade brasileira, invertendo os sentidos de invisibilidade, apagamentos e silenciamentos. Para isso, recorremos a “Enciclopédia Negra”¹⁵, publicação que tem como um dos seus objetivos ajudar na ampliação da visibilidade de personalidades negras da história do Brasil. Personalidades que, em sua maioria, não são estudadas nos livros de didáticos de História mesmo com a importância que tiveram no processo coletivo da abolição; pós-abolição; nas diversas formas de estratégias de resistência, negociação e conflitos nos processos de inclusão e afirmação social. Sendo esta, uma luta árdua até os dias de hoje.

Não aceitar o apagamento que sistematicamente essa população vivencia seja na academia, seja nos manuais escolares é, sem dúvidas, um posicionamento político em defesa de um ensino anti-heterocisnormativo, antissexista, democrático, anti-classista, antirracista e decolonial analisando interseccionalmente várias camadas de marcadores sociais da diferença baseados na raça e no gênero. A Enciclopédia Negra traz a possibilidade de elaborações que quebram a colonização epistémica quando trazemos para sala de aula, essas personalidades como produtoras de conhecimento e não apenas de cultura.

Partindo da Enciclopédia Negra (Gomes; Lauriano, Schwarcz, 2021), fizemos um recorte temporal e espacial: vamos apresentar algumas pessoas das tantas nascidas em Pernambuco do século XX no período intitulado de pós-abolição.

Desta feita, encontramos os nomes Emília Duarte Rodrigues (1870 – 1968) e Vivina Rodrigues Braga (1867 – 1966) no mesmo verbete; Madame Satã (1900 – 1976); Mãe Biu (1914 – 1993); e Badia (1915 – 1991). Reconhecendo que, muitas vezes, as narrativas tradicionais excluem as experiências de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ e/ou negras, como já nos foi mostrado na dissertação de Marcia Barbosa da Silva, ficamos muito felizes em ter dentro do nosso escopo uma figura tão emblemática como foi João Francisco dos Santos, mais conhecido por seus contemporâneos pela alcunha de Madame Satã. Ele, depois que fugiu de Recife foi para a cidade do Rio de Janeiro, e lá, no bairro da Lapa, era conhecido na noite carioca como a Mulata do Balacobchê. Lido a sua época ainda dentro do binarismo: durante o dia performava traços da masculinidade normativa, tais como o domínio emocional, a força física evidenciada nas brigas constantes e nas disputas entre os chamados “capoeiras”;

¹⁵ A Enciclopédia Negra – Biografias afro-brasileiras, de Flávio dos Santos Gomes, Jaime Lauriano e Lilia Moritz Schwarcz foi um livro lançado em 2021 que reúne mais de 550 biografias de pessoas negras da história do Brasil.

independência e autonomia e, durante a noite, se auto identificava como bicha, travesti e boneca nos seus conhecidos shows performáticos (BUTLER, 2017).

Tomando como perspectiva os verbetes biográficos dessas pessoas, nosso objetivo é apresentar suas histórias, problematizar seus marcadores sociais de raça/gênero e suas estratégias de negociações e conflitos; além de fazer um paralelo com nosso momento histórico atual ao perceber o quanto ainda temos de permanências e rupturas em nossa sociedade. Não temos por objetivo trazer histórias de heróis ou heroínas, queremos trazer narrativas de pessoas que foram negligencias até então pela historiografia pernambucana e apenas com o movimento da história social iniciado nos anos de 1980 aqui no Brasil, influenciados pelas obras de E.P. Thompson puderam ter suas trajetórias revisitadas.¹⁶

Queremos explorar as trajetórias dessas figuras negras que contribuíram para experiências e movimentos históricos, ainda pouco reconhecidos e que se encontram invisíveis nos livros didáticos. Sejam as irmãs Vivina e Emília que eram as Tias do Pátio do Terço ou como também eram conhecidas, as Tias da Costa, seja Badia (iniciada na religiosidade pelas irmãs) primeira Dama do Carnaval do Pátio do Terço; seja Mãe Biu, matriarca da Sociedade Seita Africana Santa Bárbara – Xambá, ou ainda Madame Satã. Elas e elas, ao seu modo, são excepcionais, seja na afirmação religiosa contra hegemônica, pois faziam parte de religiões afro-brasileiras, como os cultos Nagô e de tradição Xambá, seja na forma de expressar sua sexualidade, no caso de Madame Satã em seus shows e peças de teatro enquanto afirmava sua identidade travesti.

Nossa intenção é ampliar o repertório de professoras, professores, alunas e alunos ofertando material didático para o estudo da história e cultura afro-brasileira no Estado de Pernambuco; já que sabido, não temos à disposição materiais publicados para esse público escolar. Assim, visamos possibilitar que a história do nosso Estado seja conhecida nas salas de aulas e que as identidades subalternizadas sejam valorizadas no ensino de História, na sala de aula, no ambiente escolar e na comunidade.

Tal necessidade se dá nas minhas salas de aula onde o grande percentual são de pessoas negras como eu, além disso, tenho alunas e alunos que fazem parte de religiões de matriz africana e pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ e não tenho material didático disponível para uma abordagem interseccional raça e gênero. Assim, é possível que essas e esses adolescentes possam se reconhecer ou se identificar nessa pesquisa. Este trabalho é parte de um esforço mais

¹⁶ O historiador britânico, Edward P. Thompson com sua obra “A formação da classe operária inglesa” em três volumes foi um marco na historiografia brasileira contemporânea desde a década de 1980.

amplo para aumentar nosso conhecimento sobre as experiências negras em nosso país e contribuir para um movimento antirracista e de valorização da diversidade.

A disciplina escolar de História, no contexto do Brasil Contemporâneo, historicamente seguiu e ainda segue predominantemente uma abordagem epistemológica orientada pelos princípios da branquitude. Isso resultou na omissão e silenciamento de outras perspectivas, conhecimentos e narrativas que são essenciais para uma representação mais abrangente da diversidade sócio racial brasileira. Como resultado, a história ensinada muitas vezes não reflete a riqueza e a complexidade das diferentes experiências e contribuições que moldaram a nossa sociedade. Nesse sentido, utilizar biografias transgressoradas no ensino de História, implica em enfrentar o modelo tradicional posto e, assim, evitar o silenciamento e o apagamento das múltiplas identidades de nossas alunas e alunos (PAIM; SOUZA, 2018).

Nossa dissertação está organizada em três capítulos que podemos assim resumir: o primeiro capítulo correspondente aos aspectos introdutórios que são os elementos estruturadores da pesquisa. Apresentamos uma breve análise de dissertações que tem relação com o nosso objeto de pesquisa e proximidade com as ferramentas teórico-conceituais além de apresentar nosso objeto principal, qual seja, a Enciclopédia Negra. Nossa objetivo foi perceber que encaminhamentos estão sendo dados para o ensino de História e uso de biografias e suas potencialidades educacionais.

Essas dissertações se encontram disponíveis no banco de dissertações do ProfHistória e no banco de dissertações da CAPES. Ainda no primeiro capítulo discorremos sobre os conceitos fundamentais da nossa pesquisa, tais como Pedagogia feminista negra; estudos decoloniais; interseccionalidade e biografia. Apresentamos o referencial teórico adotado na pesquisa dialogando com a perspectiva teórica e política dos estudos pós-coloniais latino-americanos. As ideias principais estão apoiadas nos estudos dos autores decoloniais Aníbal Quijano (2005), Edgardo Lander (2005), Walter Mignolo (2005; 2008), Maldonado-Torres (2007) e da autora Catherine Walsh (2005; 2012.). Para os referenciais teórico-conceituais de Pedagogia feminista negra, interseccionalidade, vidas transgressoradas, utilizaremos autoras como Patricia Hill Collins (2019; 2021), bell hooks (2017; 2018; 2020); Saidiya Hartman (2022); Djamila Ribeiro (2018; 2019). Para o estudo historiográfico das biografias nos valeremos dos trabalhos de Sabina Loriga (1998; 2011); François Dosse (2015); Alexandre de Sá Avelar (2012); Benito Bisso Schmidt (2012.; Geovani Levi (200; 2016); Lilia Moritz Schwarcz (2021). Por fim, nesse capítulo apresento uma breve descrição das duas escolas nas quais trabalho e que foi a partir dessas realidades que pensei esse trabalho.

No segundo capítulo faremos um mapeamento de temas que consideramos importantes para nossa pesquisa, nos documentos que regem a educação nacional como a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) a qual se configura como um instrumento normativo destinado às redes de ensino, abrangendo tanto as instituições públicas quanto as privadas. Sua incumbência primordial reside na função de ser uma referência imperativa para a concepção e estruturação dos currículos escolares, bem como para a formulação das propostas pedagógicas direcionadas aos níveis de ensino da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio no contexto educacional brasileiro.

Mapearemos também, documentos que norteiam os conteúdos e abordagem a serem aplicadas nas salas de aula como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Parâmetros Nacionais Curriculares – Temas Transversais (PCN-TT); Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN); Currículo de Pernambuco para o Ensino Fundamental (CPEF), Currículo de Pernambuco para o Ensino Médio (CPEF); Organizador Curricular por Unidade Didática do Município do Cabo de Santo Agostinho/PE (OCSCA). Com isso, nosso foco será tentar demonstrar os silenciamentos, invisibilizações, possibilidades ou brechas que esses documentos podem apresentar nas políticas educacionais do país e nos currículos escolares nas redes de Educação nas quais trabalho no que diz respeito a uma perspectiva decolonial dos assuntos a serem ensinados em sala de aula. É importante destacar que o documento da BNCC é público e analisamos a versão que foi aprovada e está disponível para acesso livre no sítio eletrônico do Ministério da Educação em sítio próprio de divulgação do documento.

Os demais documentos têm suas especificidades de acesso e distribuição e iremos comentar ao longo do capítulo. No terceiro capítulo, teve-se como objetivo apontar possibilidades práticas de utilização da Enciclopédia Negra e, consequentemente, de biografias/verbetes biográficos nas aulas de História da Educação Básica por meio de sequências didáticas para a elaboração de audiografias biográficas. Acreditamos desenvolver neste capítulo uma discussão da importância em ampliar esse material na sala de aula destacadamente de Pernambuco por falta de instrumentos pedagógicos adequados para falar de nossa história para o público escolar. A proposta de sequência didática consiste na elaboração dos roteiros de gravação, audiografias e sua difusão pelas alunas e alunos, são em seu conjunto, parte da dimensão propositiva desse trabalho que tem como base a Enciclopédia Negra, desejo que esse trabalho seja proveitoso para as pessoas que queiram abordar a história de Pernambuco na perspectiva da história social e decolonial para um processo de ensino-aprendizagem antirracista da disciplina de História.

uma realidade mais confortável, quando mais ampliar os recursos imagéticos, mais frutífera ficará o projeto.

E como as sequências didáticas de História, desenvolvidas a partir de diferentes linguagens e gêneros textuais, podem contribuir para a desconstrução de estereótipos e aproximação com a disciplina? O fulcro das atividades orientadoras será aprimorar a leitura crítica dos textos, além de promover discussões orais e a leitura histórico-social da participação de pessoas ditas por muito tempo pela historiografia como comuns na cultura brasileira, no nosso caso específico, na cultura pernambucana.

Esperamos com isso não apenas contribuir para a implementação da Lei 10.639/03 como ampliar o debate para interseccionalidade, dialogando sobre o papel da escola como uma

instituição de educação formal e dialogando também em como podemos construir uma educação que assegure o acolhimento para as diversas existências, entendidas como a preservação da condição humana, esses são um dos objetivos centrais nessa sugestão. Trabalhar com biografias transgressoradas emerge como uma ferramenta das pedagogias feministas. Essa abordagem incorpora as experiências de mulheres negras, pessoas trans, diversas identidades de gênero e praticantes de religiões de matriz africana, para forjar respostas transgressoradas às estruturas opressivas que ameaçam a vida e seus conhecimentos. Isso implica em questionar as hierarquias estabelecidas, emular uma narrativa contrária ao discurso hegemônico e desafiar os padrões preestabelecidos, valorizando e dando protagonismo aos diversos modos de existência no mundo. Na minha prática diária desde há muito é possível perceber o impacto de uma educação baseada em estereótipos a respeito dos marcadores sociais, principalmente pela falta de visibilidade e identificação com as figuras representadas nos livros didáticos. Embora saibamos que o ambiente escolar não é o único espaço de formação educacional de crianças e jovens, muitas vezes, dentro das escolas, uma educação colonizada, reforça as relações de poder/subalternidade que aquelas crianças vivenciavam fora dela. É nesse sentido que a utilização de biografias negras em sala de aula representa uma potencialidade muito grande quando pensamos uma *práxis* libertadora no sentido Freireano.

Uma vez que conhecer trajetórias de pessoas negras diversas, as quais vivenciaram experiências plurais incluindo os confrontamentos, resistências e possibilidades é reconhecer a diversidade da própria história. Conquanto nos livros didáticos, no que se refere as pessoas LGBTQIAPN+ e/ou de religiões de matriz africanas, acontece um silenciamento, às vezes invisibilizações – possibilita fazer frente a todos os estereótipos as histórias únicas que imperam acerca da população negra. Tal estratégia torna possível a problematização, mostrando a diversidade de suas existências e atuações.

Paulo Freire em sua obra “Pedagogia do Oprimido” apresenta uma visão visionária de educação, focada na libertação do que ele chamava de oprimidos, que podemos contextualizar para nosso trabalho como “subalternizados”. Ele defendia o processo de sensibilização como fundamental para a libertação dos subalternizados, ou seja, a compreensão crítica da realidade social, permitindo que as pessoas analisem e compreendam as estruturas de opressão que as afetam diretamente. Para isso, o diálogo é um meio essencial para a aprendizagem e a conscientização da aluna e do aluno, a orientação dele é que professoras/os e alunas/os dialoguem, troquem experiências e construam conhecimento juntas, juntos. Freire diz:

[...] os dominadores mantêm o monopólio da palavra, com que mistificam, massificam e dominam. Nessa situação, os dominados, para dizerem a sua palavra, têm que lutar para tomá-la. Aprende a tomá-la dos que a detêm e a recusam aos demais é um difícil, mas imprescindível aprendizado - é a pedagogia do oprimido (FREIRE, 2018, p. 30).

A interseção entre as narrativas de vida de personalidades negras e diversos domínios específicos de conhecimento resulta em uma aprendizagem enriquecedora e significativa. Ao explorar biografias (ou outras formas de histórias de vida como verbetes e autobiografias), as estudantes e os estudantes têm a oportunidade de acessar ferramentas que os auxiliam na organização de experiências históricas. Por meio de tramas bem elaboradas, com as quais nos deparamos na Enciclopédia Negra, essas narrativas as/os conduzem a uma compreensão mais profunda da complexidade e pluralidade dos saberes históricos.

A grandiosidade de figuras apresentadas na Enciclopédia Negra, afinal são 550 pessoas apresentadas, permite os mais diversos recortes temporais, espaciais, gênero, classe, territorialidade, religiosidade etc. Aqui escolhemos pessoas nascidas em Pernambuco, por considerar a invisibilidade que essas pessoas têm na construção da história em nossas salas de aula um fator a ser apontado. Não temos intensão de criar heróis ou heroínas para nosso Estado, queremos mostrar que pessoas ditas comuns também fazem a história e, com isso, permitir aos nossos alunos e as nossas alunas que possam se identificar com os conteúdos apresentados e, assim, possam ter mais interesse no conhecimento histórico.

O emprego das biografias negras em sala de aula pode, por exemplo, fomentar o debate sobre representatividade negra em diferentes espaços, seja no período abordado na Enciclopédia, seja na contemporaneidade⁶⁵, ao mesmo tempo em que contribui para questionar sobre os processos de invisibilidade de parte tão importante da população pernambucana em benefício de uma narrativa colonizadora, cisheterocentrada, cristocêntrica, antinegro. O trabalho com estas biografias possibilita a valorização de identidades e trajetórias de diferentes populações que formaram o Brasil, para além da visão colonial como fator dominante na construção da nossa sociedade, apresentando, assim, diferentes vivências sobre o passado. Da mesma forma, oportuniza o diálogo entre educadoras/es e educandas/os sobre as realidades de pessoas negras no presente, que poderiam ser biografadas e ter suas histórias transformadas em livros ou verbetes de uma Enciclopédia Negra da comunidade escolar. Tal exercício contribui para o estabelecimento e valorização da conexão entre as lutas do passado e do presente,

⁶⁵ Nesse volume trabalhado, encontramos apenas pessoas já falecidas. Mas acredito que essa seja uma abertura para não apenas a autora e os autores façam um volume com pessoas ainda em vida, mas caso isso não aconteça, é uma possibilidade didática para a sala de aula.

regionais e nacionais, pela cidadania, contra o racismo religioso, LGBTQIAPN +fobia, contra o racismo estrutural.

De acordo com Quijano (2010), a colonialidade surge a partir da perspectiva eurocêntrica que caracteriza o mundo e as experiências humanas, recusando-se a aceitar as diferenças e tornando-as invisíveis. A negação das identidades étnico-raciais, culturais e epistêmicas de um povo constitui um componente central da colonialidade, que impõe uma suposta superioridade dominante enquanto minimiza e apaga a identidade dos dominados. As diversas formas cruéis através das quais a colonialidade se manifesta nos territórios, conhecimentos, mentes e corpos das populações colonizadas, visando impedir que essas pessoas se tornem sujeitos de busca e consciência crítica, representam uma violência. O mundo colonial, criado pelo colonizador que, no passado, limitou fisicamente os colonizados e, hoje, os limita cultural e materialmente, ainda configura o contexto em que, com frequência, o currículo escolar reproduz tais formas de violência. Quijano afirma:

A idéia (sic) de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos. A formação de relações sociais fundadas nessa idéia (sic), produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos com espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, consequentemente (sic), ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população (QUIJANO, 2005 p. 2).

Por isso, a pretensão aqui é defender uma proposta pedagógica queer decolonial, voltada para uma educação que potencialize as diferenças desafiando a lógica da colonialidade do saber, do ser e do poder. Proposta que deve abrir espaço para o diálogo às vezes tão difícil sobre as opressões, destacadamente de gênero e raça, quando muitas vezes professoras e professores são colocados em confronto com suas próprias dúvidas e apreensões pois muitas e muitos ainda tem em si a dificuldade de entender a lógica da colonialidade em suas próprias vidas pessoais e profissionais. Logo, todas recomendações para as sequências didáticas das Biografias Transgressoras aspiram deseducar de uma lógica excludente e massificadora para reeducar numa lógica includente de diversificadora.

Biografias, histórias de vida, autobiografias. Três gêneros distintos que em comum têm o fato de serem baseados na seqüência (sic) de vida individual, a seqüência (sic)

biográfica. Lugar privilegiado de encontro entre diferentes disciplinas, constituem importante fonte de conhecimento histórico (PEREIRA, L.M.L 1999, p,118).

O conceito de biografia utilizado no presente trabalho dialoga com Dosse (2015) quando o mesmo coloca que a biografia é um gênero híbrido, onde permanece a tensão entre a ânsia de verdade e a narração que perpassa o ficcional, situando o gênero biográfico em um ponto médio entre a ficção e a realidade. Ou seja, não utilizaremos exclusivamente os verbetes biográfico, outras ferramentas didáticas se farão presentes, quais sejam vídeos, textos imagéticos e escritos, músicas, tudo para que as vidas apresentadas tomem seu contexto histórico de forma ampla e diversificada.

E como nos lembra Levi (1996) um ponto frequentemente carente de detalhes na documentação diz respeito à interconexão entre a trajetória individual e a história social. A relação entre a trajetória de vida e a história social é mais intricada do que sugerem os modelos lineares e de determinação estruturalista. Em vez de simplesmente refletir o contexto social, o indivíduo se posiciona como um agente ativo diante desse mesmo contexto, apropriando-se dele, filtrando-o, reinterpretando-o e projetando-o em uma dimensão única, sua própria subjetividade. Cada indivíduo representa uma apropriação singular do universo social e histórico ao seu redor. É por essa razão que é possível compreender o social a partir da especificidade inalienável de uma prática individual. Essa perspectiva difere daquela em que o contexto social é visto como algo estático, coerente e que serve apenas como pano de fundo para explicar a biografia, desconsiderando a ação transformadora do indivíduo sobre ele e sobre o espaço

Tradicionalmente, como já vimos, a história era muitas vezes escrita focando apenas em eventos, movimentos sociais e estruturas sociais, negligenciando as histórias individuais das pessoas comuns as quais eram analisadas apenas sob o enfoque das amarras estruturais. Para o historiador Eric Hobsbawm, sobre as pessoas chamadas comuns, num dos seus prefácios diz:

“Eles são tão grandes quando você e eu. Suas vidas têm tanto interesse quanto a sua ou a minha, mesmo que ninguém tenha escrito sobre elas minha questão diz respeito, antes a que, coletivamente, se não como indivíduos, esses homens e mulheres são os principais atores da história. O que realizaram e pensam faz a diferença. Pode mudar, e mudou, a cultura e o perfil da história, e mais do que nunca no século XX. Essa é a razão por que dei o título a um livro sobre essas pessoas, tradicionalmente conhecidas como “pessoas comuns”, de pessoas extraordinárias” (HOBSBAW, 2016 - prefácio).

Pretendendo exatamente o resgate dessas pessoas comuns, que também podemos chamar de subalternizadas, o projeto da Enciclopédia Negra vem suprir minimamente uma demanda histórica de apagamento da população negra como grupo ativo historicamente. Esse

apagamento foi durante muitos anos nas disciplinas e produções acadêmicas, quando raramente se via TCCs (Trabalho de Conclusão de Curso), Dissertações ou Teses que entendessem essa parcela da população, seja no passado, seja atualmente como produtora de saberes, conhecimento e agência histórica. Mesmo com a lei nº 10.639/03 muito ainda há por fazer. Disciplinas acadêmicas e produções na atualidade já mostram uma mudança de perfil.

No banco de dissertações do ProfHistória, um bom número de dissertações envolve a educação para as relações étnico-raciais, seja em nível nacional em maravilhosos estudos, valorizações e contribuições locais. Nos livros didáticos ainda não conseguimos ver o percentual de mudanças que vemos nos mestrados e nos cursos de graduação. É preciso relembrar que a BNCC mais recentemente aprovada, na qual o PNLD⁶⁶ precisou atender não teve uma abertura objetiva e explícita que proporcionasse um debate crítico com relação as questões de raça, gênero e religiosidade dentre outras questões contemporâneas.

Para nós, esse foi um dos grandes entraves para que os conteúdos dos livros didáticos ainda sejam tão focados numa história eurocêntrica, cisheteronormativa, machista e branca, nos termos postos anteriormente por Bento (2022) sobre branquitude. A branquitude, em sua essência, refere-se a um conjunto de práticas culturais não nomeadas e não marcadas, envoltas em silêncio e ocultação. Esse conceito chama a atenção para a branquitude como um posicionamento de vantagens estruturais e privilégios raciais e que, sem dúvida, estão postos nos currículos escolares, isso é perceptível, exatamente quando não vemos, mesmo depois da lei nº 10.639/03 nenhuma quebra de paradigmas no ensino de História, ele ainda tem como ponto de partida a Europa.

Como explicitam entre seus objetivos na introdução do livro, ele tem como propósito incitar a discussão e fomentar novas investigações acadêmicas. Nesse sentido, focaliza os vestígios do passado cujas influências se manifestam de maneira significativa no cenário contemporâneo. A abordagem consiste em uma narrativa composta por verbetes e fragmentos, abrangendo tanto nomes notórios quanto aqueles largamente ignorados, porém protagonistas em diferentes espaços e épocas. O objetivo da Enciclopédia Negra, longe de ser neutro, como tão bem se posiciona, é resgatar não apenas os corpos, mas também as vozes, os conhecimentos

⁶⁶ Programa Nacional do Livro Didático do governo federal, Ministério da Educação, que periodicamente lança dos editais para a comprar dos livros didáticos para a educação básica para todo território nacional. Mais informações sobre os critérios dos editais. Disponível em: <https://alfabetizacao.mec.gov.br/conteudo-tempo-de-aprender/251-programa-nacional-do-livro-e-do-material-didatico-pnld#:~:text=O%20Programa%20Nacional%20do%20Livro,educa%C3%A7%C3%A3o%20b%C3%A1sica%20das%20redes%20federal%2C>. Acesso em 02 fev. 2024.

produzidos e as resistências engendradas, frequentemente subjugadas, cujo silêncio predominou até então.

Desta feita, nossas propostas de sequências didáticas têm como objetivo principal mostrar quatro das mais diversas possibilidades de se trabalhar a Enciclopédia Negra em sala de aula levando-se em conta a ferramenta da interseccionalidade como análise das biografias escolhidas. Pretende-se com essas sequências contribuir não apenas com a lei nº 10.639/03 como possibilitar discussões de gênero, raça e religiosidade nas aulas de História ou em projetos interdisciplinares na sala de aula e na comunidade escolar, pois tendo como etapa final as audiografias. Toda síntese dos planejamentos estará disponível nos celulares de todas as pessoas que fizeram parte do projeto e poderão ser compartilhados com facilidade, via *WhatsApp*, pois como sabemos, e já foi mostrado na dissertação, é um aplicativo de troca de mensagens em vários formatos bastante comum não apenas na nossa comunidade, mas em todo país.

